

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Julho/2018



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário
Área AdministrativaNome do Candidato
Caderno de Prova 'AJ03', Tipo 005Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-005Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Hábitos saudáveis ajudam a melhorar a qualidade de vida.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

A importância do imperfeito

O conceito de perfeição guia muitas aspirações nossas, seja em nossas vidas privadas, seja nos diversos espaços profissionais. Falamos ou ouvimos falar de “relações perfeitas” entre duas pessoas como modelos a serem seguidos, ou de almejar sempre a realização perfeita de um trabalho. Em algumas religiões, aprendemos que nosso objetivo é chegar ao paraíso, lar da perfeição absoluta, final de jornada para aqueles que, se não conseguiram atingir a perfeição em vida, pelo menos a perseguiram com determinação.

Historicamente, o perfeito está relacionado com a estética, andando de mãos dadas com o belo, conforme rezam os preceitos da arte clássica. Muito da criatividade humana, tanto nas artes como nas ciências, é inspirado por esse ideal de perfeição. Mas nem tudo. Pelo contrário, várias das ideias que revolucionaram nossa produção artística e científica vieram justamente da exaltação do imperfeito, ou pelo menos da percepção de sua importância.

Nas artes, exemplos de rompimento com a busca da perfeição são fáceis de encontrar. De certa forma, toda a pintura moderna é ou foi baseada nesse esforço de explorar o imperfeito. Romper com o perfeito passou a ser uma outra possibilidade de ser belo, como ocorre na música atonal ou na escultura abstrata, em que se encontram novas perspectivas de avaliação do que seja harmônico ou simétrico. Na física moderna, o imperfeito ocupa um lugar de honra. De fato, se a Natureza fosse perfeita, o Universo seria um lugar extremamente sem graça. Do microcosmo das partículas elementares da matéria ao macrocosmo das galáxias e mesmo no Universo como um todo, a imperfeição é fundamental. A estrutura hexagonal dos flocos de neve é uma manifestação de simetrias que existem no nível molecular, mas, ao mesmo tempo, dois flocos de neve jamais serão perfeitamente iguais. Não faltam razões, enfim, para que nos aceitemos como seres imperfeitos. Por que não?

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. **Retalhos cósmicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 189-190)

1. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *novas perspectivas de avaliação* (3º parágrafo) = outras taxativas formas de julgar
- (B) *uma outra possibilidade de ser belo* (3º parágrafo) = um novo modo possível de beleza
- (C) *guia muitas aspirações nossas* (1º parágrafo) = orienta uma série de vocações humanas
- (D) *andando de mãos dadas com o belo* (2º parágrafo) = determinando a natureza do que seja estético
- (E) *rompimento com a busca da perfeição* (3º parágrafo) = ruptura com a admissibilidade do imperfeito

2. *várias das ideias que revolucionaram nossa produção artística e científica vieram justamente da exaltação do imperfeito...*

Uma nova redação do segmento acima, que preserve sua correção e seu sentido, e que se inicie por **a exaltação do imperfeito...**, poderá ter como adequada complementação

- (A) *abriu portas revolucionárias para que lhe surgissem artes e ciências com ideias originais inclusas.*
- (B) *incutiu nas artes e nas ciências, graças à seus ideais revolucionários, novas e produtivas ideias.*
- (C) *possibilitou que várias ideias revolucionárias impactassem nossas artes e nossas ciências.*
- (D) *proveniente por várias ideias acabaram por revolucionar tanto as nossas artes quanto as nossas ciências.*
- (E) *entendida como nova revolução, acabou por influenciarem as artes e as ciências, com outras ideias.*

3. Os três parágrafos do texto organizam-se de modo a constituírem, na ordem dada, as seguintes operações argumentativas:

- (A) defesa dos conceitos de perfeito e imperfeito; valorização máxima do conceito de imperfeito; conclusão acerca da superioridade do imperfeito.
- (B) recuperação histórica do conceito de perfeito; predomínio do imperfeito nas artes e nas ciências; reavaliação positiva do conceito de perfeito.
- (C) relativização do conceito de perfeito; valorização absoluta do conceito de perfeito; inclusão do conceito de imperfeito.
- (D) valorização absoluta do conceito de perfeito; valorização absoluta do conceito de imperfeito; nova valorização do conceito de perfeito.
- (E) reconhecimento do conceito de perfeito; relativização do conceito de perfeito; demonstração do valor do imperfeito.

4. No terceiro parágrafo, uma *escultura abstrata* e a *estrutura hexagonal dos flocos de neve* são exemplos de que o autor do texto se serve para demonstrar que

- (A) sob o aspecto de uma aparente imperfeição há o primado das leis que regem o perfeito.
- (B) por trás das formas belas e das estruturas físicas encontra-se a razão mesma de ser do que é perfeito.
- (C) as artes e a física moderna valem-se dos mesmos modelos de perfeição e de beleza.
- (D) o imperfeito pode representar-se tanto na criação estética como na ordem natural.
- (E) a imperfeição final é a ordem a partir da qual tudo se organiza na arte e na natureza.



5. Há forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância na frase:
- (A) O exemplo dos flocos de neve é trazido ao texto para ilustrar um caso em que mesmo uma rigorosa simetria pode produzir diferenças.
 - (B) A exaltação das formas imperfeitas, nas artes plásticas ou na música, ocorrem sobretudo na modernidade, em que recusa a composição harmônica.
 - (C) Sempre houve aspirações cuja meta era a perfeição, mas que não se cumpria por falta de determinação de quem as alimentavam.
 - (D) Por vezes caminham juntas a sede de perfeição e esforço pelo belo, tal como se podem constatar nas obras de arte clássicas.
 - (E) As obras de arte modernas comportam, com frequência, a ação de algum elemento imperfeito, que as elevam a patamares insólitos.
-
6. Numa reelaboração de um segmento do texto, mantêm-se a correção da frase e uma adequada correlação entre os tempos e modos verbais em:
- (A) Se numa relação afetiva entre duas pessoas poderiam ocorrer discensões, o que de fato se pretendia eram uma troca de afetos harmoniosos.
 - (B) Não apenas na arte, como assim também na física, o lugar do imperfeito existiria como um fator que proporcione o equilíbrio de uma determinada estrutura.
 - (C) Em algumas religiões, tomávamos consciência de que o nosso objetivo era chegar ao paraíso, visto como um espaço de plenitude e perfeição.
 - (D) Algumas teses de que iriam revolucionar a produção artística têm a haver com a incorporação, das formas imperfeitas.
 - (E) Muitos casos de ruptura com a sede de perfeição verifica-se na exploração de novos modelos artísticos, aonde predominasse a imperfeição.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 11, baseie-se no texto abaixo.

Em torno do bem e do mal

Quando nos referimos ao Bem e ao Mal, devemos considerar que há uma série de pequenos satélites desses grandes planetas, e que são a pequena bondade, a pequena maldade, a pequena inveja, a pequena dedicação... No fundo é disso que se faz a vida das pessoas, ou seja, de fraquezas e virtudes minúsculas. Por outro lado, para as pessoas que se importam com a ética, há uma regra simples e fundamental: não fazer mal a outrem. A partir do momento em que tenhamos a preocupação de respeitar essa simples regra de convivência humana, não será preciso perdermo-nos em grandes filosofias especulativas sobre o que seja o Bem e o Mal.

“Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti” parece um ponto de vista egoísta, mas é uma diretriz básica pela qual deve o comportamento humano se orientar para afastar o egoísmo e cultivar verdadeiramente o que se precisa entender por relação humana. Pensando bem, a formulação dessa diretriz bem pode ter uma versão mais positiva: “Faz aos outros o que quiseres que façam a ti”. Não é apenas mais simpático, é mais otimista, e dissolve de vez a suspeita fácil de uma providência egoísta.

(A partir de José Saramago. **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 111-112, *passim*)

7. Ao se referir aos *pequenos satélites desses grandes planetas*, José Saramago está considerando
- (A) a ilusão de imaginarmos que podemos galgar os valores absolutos cultivando os valores apenas relativos.
 - (B) uma relação entre a esfera superior do Bem e as pequenas manifestações do Mal, que giram em sua órbita.
 - (C) o valor maior que se atribui ao Bem e ao Mal e a consideração menor com que vemos as suas práticas miúdas.
 - (D) a órbita dos pequenos satélites, girando em torno da grandeza indiscutivelmente superior dos planetas Bem e Mal.
 - (E) uma relação já reconhecida entre a pequenez dos gestos baratos e a magnitude dos grandes sacrifícios.
-
8. No segundo parágrafo, a apresentação justificada de *uma versão mais positiva* daquela *diretriz básica* já referida entre aspas
- (A) faz ver que as diretrizes básicas de comportamento têm o exato valor das intenções profundas que as inspiram.
 - (B) enfatiza a necessidade de nos iludirmos para que não vejamos o exercício do Bem ou do Mal como prática egoísta.
 - (C) revela-se, de fato, como um pequeno equívoco, pois ambas as formulações encarnam um idêntico conteúdo.
 - (D) ressalta a importância de excluir da sentença a sombra de egoísmo de quem priorizaria não ser atingido pelo mal.
 - (E) deixa claro que é muito mais fácil ativar um bem de fundo egoísta do que excluir o mal de nossas ações.
-



9. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *uma versão mais positiva* (2º parágrafo) = um paralelismo menos relutante
- (B) *dissolve de vez a suspeita* (2º parágrafo) = desfaz terminantemente a desconfiança
- (C) *fraquezas e virtudes minúsculas* (1º parágrafo) = mazelas e sanções mínimas
- (D) *grandes filosofias especulativas* (1º parágrafo) = totalizações filosóficas redundantes
- (E) *uma diretriz básica* (2º parágrafo) = um postulado conveniente

10. Está clara, correta e coerente a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Saramago prefere a simplicidade de uma formulação sintética à ambição da filosofia que busca constituir um sofisticado sistema de diretrizes éticas.
- (B) Costumam advir das preocupações éticas um cuidado extremo com os mais altos valores em vez de se preocupar com a prática que cabem aos pequenos.
- (C) O festejado escritor Saramago, de cujas virtudes de pensador e ficcionista não haja quem reconheça, dedica-se nesse texto à uma reflexão de alto caráter ético.
- (D) É fato, que quando se trata da ética, pensemos em altos valores, nos esquecendo que nos pequenos gestos têm as mesmas qualidades inerentes dos grandes.
- (E) As formulações ressaltadas no texto, sobre um ponto de vista ético, evidencia-se como uma preocupação de afastar o sentido supostamente egoísta de uma frase.

11. Não faça aos outros o que não queres que te façam a ti.

A frase acima permanecerá correta caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por

- (A) faça – queiras – a ti te façam
- (B) façais – queirais – vos façam a vós
- (C) faça – quiseses – que a você lhe façam
- (D) faze – queirais – que se lhe faça
- (E) fazei – queireis – vos façam a vós

Atenção: Para responder às questões de números 12 a 15, baseie-se no texto abaixo, trecho de um diário pessoal do poeta Carlos Drummond de Andrade, escrito ao tempo da II Guerra Mundial, em 1945.

[O poeta e a política]

Sou um animal político ou apenas gostaria de ser? Estou preparado? Posso entrar na militância sem me engajar num partido? Nunca pertencerei a um partido, isto eu já decidi. Resta o problema da ação política com bases individualistas, como pretende a minha natureza. Há uma contradição insolúvel entre minhas ideias ou o que suponho minhas ideias, e talvez sejam apenas utopias consoladoras, e minha inaptidão para o sacrifício do ser particular, crítico e sensível, em proveito de uma verdade geral, impessoal, às vezes dura, senão impiedosa. Não quero ser um energúmeno, um sectário, um passional ou um frio domesticado, conduzido por palavras de ordem. Como posso convencer a outros se não me convenço a mim mesmo? Se a inexorabilidade, a malícia, a crueza, o oportunismo da ação política me desagradam, e eu, no fundo, quero ser um intelectual político sem experimentar as impurezas da ação política?

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **O observador no escritório**. Rio de Janeiro: Record, 1985, p. 31)

12. A *contradição insolúvel* a que se refere o poeta manifesta-se na relação expressa entre os seguintes segmentos do texto:

- (A) *inaptidão para o sacrifício do ser particular / conduzido por palavras de ordem*
- (B) *Nunca pertencerei a um partido / Não quero ser um energúmeno, um sectário*
- (C) *ação política com bases individualistas / utopias consoladoras*
- (D) *entrar na militância / uma verdade geral, impessoal*
- (E) *a inexorabilidade, a malícia, a crueza / o oportunismo da ação política*

13. Está pressuposta na argumentação de Carlos Drummond de Andrade a ideia de que a ação política

- (A) impede um indivíduo de formular para si mesmo utopias consoladoras, razão pela qual ele procurará criá-las com base numa ideologia partidária.
- (B) liberta o artista de seu individualismo estrito, fornecendo-lhe utopias que se formulam a partir dos ideais coletivistas de um partido.
- (C) deve assentar-se em sólidas bases individuais, a partir das quais se planejam e se executam as ações mais consequentes.
- (D) permite que um indivíduo dê sentido às suas convicções mais pessoais ao dotá-las da universalidade representada pelas linhas de ação de um partido.
- (E) costuma executar-se segundo diretrizes partidárias, às quais devem submeter-se as convicções mais particulares de um indivíduo.



14. O verbo entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na seguinte frase:
- (A) Manifestam-se para o poeta dilemas que (**aturdir**) todo indivíduo que não renuncia às convicções mais pessoais.
 - (B) Às linhas de ação mais rigorosas de um partido (**costumar**) opor-se a inclinação individualista do artista.
 - (C) Nas contradições insolúveis configuram-se os dilemas que (**incitar**) a nossa capacidade de reflexão e de escolha.
 - (D) Aos indivíduos que vivem de utopias (**restar**) avaliar o peso que pode advir de muitas frustrações.
 - (E) Àqueles que alimentam convicções partidárias (**cumprir**) seguir linhas de ação já definidas.
-
15. Está inteiramente correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) Estará incorrendo em grave equívoco quem supor que não diz-lhe respeito à linha do partido que adotou.
 - (B) Não se permitam aos indivíduos egoístas que proponhem metas individualistas à linha de ação de um partido.
 - (C) Quanto as impurezas da ação política, não lhes desejam enfrentar o poeta Drummond.
 - (D) À qualquer momento é facultado a um militante a mudança de partido.
 - (E) Devem-se abrir as portas de um partido àquele que o procura com sincera convicção política.
-

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. A sentença final de uma causa trabalhista indica que uma empresa terá que pagar R\$ 2 450,00 para um trabalhador até o dia 10 de janeiro, com desconto de 15% caso pague antes dessa data. Caso pague depois do dia 10 de janeiro, a empresa terá que arcar com multa de 10% ao dia. Se a empresa fizer o pagamento ao trabalhador no dia 11 de janeiro, ela terá gasto x reais a mais do que se tivesse feito o pagamento no dia 9 de janeiro. Sendo assim, x, em reais, é igual a
- (A) 122,50
 - (B) 612,50
 - (C) 306,25
 - (D) 428,75
 - (E) 857,50
-
17. Os meses de agosto e setembro têm, respectivamente, 31 e 30 dias. Às 16 horas do dia 4 de agosto de 2018, que é um sábado, um cronômetro, que estava inicialmente zerado, foi acionado. Esse cronômetro será desligado às 15 horas da primeira quarta-feira de outubro de 2018. O total de horas que o cronômetro indicará é igual a
- (A) 1439
 - (B) 1607
 - (C) 1420
 - (D) 1369
 - (E) 1419
-
18. Nair e Mariana receberam, no total, 198 processos para arquivar. Desse total, a maior parte foi entregue para Mariana. Depois da entrega, Mariana disse corretamente à Nair: “– Se eu lhe der um quarto dos processos que me deram para arquivar, você ficará com metade dos processos que vão sobrar para eu arquivar”. Nair respondeu para Mariana: “– Então eu proponho que você me dê um quarto dos processos que deram a você para arquivar”. Mariana aceita a proposta de Nair, o que implica dizer que Nair terá que arquivar x processos a mais do que teria que arquivar com a distribuição original de processos entre elas. Nas condições descritas, x é igual a
- (A) 32
 - (B) 72
 - (C) 44
 - (D) 64
 - (E) 66
-
19. Em um julgamento sobre danos ambientais, a acusação apresentou o dado de que os 5 fornos de uma olaria consumiam 50 toneladas de carbono trabalhando 10 horas diárias por 15 dias. A defesa propõe reduzir as atividades da olaria para 3 fornos trabalhando 9 horas diárias por 18 dias. Comparando o consumo de carbono da situação apresentada pela acusação (15 dias, 5 fornos, 10 horas diárias) com a situação proposta pela defesa (18 dias, 3 fornos, 9 horas diárias), houve uma redução do consumo de carbono, em toneladas, de
- (A) 28,6
 - (B) 20,4
 - (C) 12,4
 - (D) 17,6
 - (E) 32,4
-



20. Almir, Beto, Célio e Danilo trabalham em uma repartição pública e suas idades são: 30, 31, 32 e 33 anos, não necessariamente nessa ordem. Suas ocupações são: auxiliar de escritório, contador, ouvidor e escrivão, ainda que não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:
- o auxiliar de escritório, que é o mais jovem dos quatro, é primo de Almir e sempre toma café com Beto;
 - Célio, que é o mais velho dos quatro, mora no mesmo prédio do contador;
 - Almir é dois anos mais novo que o escrivão.
- Nas condições descritas acima, é correto afirmar que, necessariamente,
- (A) Célio é o escrivão.
 - (B) Almir é o ouvidor.
 - (C) Célio é o ouvidor.
 - (D) Beto é o escrivão.
 - (E) Danilo é o contador.

Noções de Informática

21. No Microsoft Outlook 2013, em português, após clicar na opção Novo Email da guia Página Inicial, uma janela se abre para a digitação da nova mensagem de *e-mail*. Nessa janela há opções que possibilitam criar uma assinatura personalizada que será mostrada em toda nova mensagem. Essa assinatura pode ser criada a partir de um clique em
- (A) Inserir > Assinatura > Identificação > Nova assinatura
 - (B) Personalizar > Identificação > Assinatura > Nova assinatura
 - (C) Mensagem > Assinatura > Assinaturas > Assinatura de Email > Novo
 - (D) Identificação > Assinaturas > Criar assinatura
 - (E) Opções > Identificação > Assinaturas > Nova assinatura
22. Um Analista descobriu que seu computador estava infectado por *bots* maliciosos. A primeira ação que o Analista deve realizar para proteger os dados deve ser:
- (A) Abrir uma ordem de serviço para que o suporte técnico examine o computador.
 - (B) Desconectar o computador da rede o mais rápido possível.
 - (C) Instalar um antivírus e examinar o computador com seus recursos após a sua instalação.
 - (D) Instalar um *antibot*, que é uma variação de antivírus específica para proteger o computador contra *bots* e *botnets*.
 - (E) Reiniciar o computador para que o *bot* seja eliminado da memória.
23. Para visualizar o endereço IP do computador em linha de comando, no Windows e no Linux, o Analista deve utilizar, respectivamente, as instruções
- (A) `ipconfig` e `ifconfig`
 - (B) `ipWin` e `ipLx`
 - (C) `ip /i mscomp` e `ip -i lxcomp`
 - (D) `net /ip` e `lan -ip`
 - (E) `show_ip this` e `get_ip lxcomp`
24. Um Analista selecionou o título de um texto digitado no Microsoft Word 2013, em português, e pressionou simultaneamente a combinação de teclas `Ctrl + Shift + C`. Em seguida, selecionou um fragmento do texto em outro local da página e pressionou simultaneamente a combinação de teclas `Ctrl + Shift + V`. Estas ações do Analista
- (A) colocaram o título em negrito e o fragmento do texto sublinhado.
 - (B) incluíram o título no sumário do documento e o associaram ao fragmento de texto.
 - (C) substituíram o fragmento de texto pelo título.
 - (D) colocaram o título centralizado e o fragmento de texto justificado na página.
 - (E) copiaram somente a formatação do título para o fragmento de texto.
25. No navegador Google Chrome, um Analista pressionou simultaneamente a combinação de teclas `Ctrl + Shift + N` para
- (A) imprimir o conteúdo da página.
 - (B) adicionar a página aberta na guia atual à lista de *sites* favoritos.
 - (C) abrir uma nova janela para navegação anônima.
 - (D) fechar a aba (guia) atual.
 - (E) ir direto ao final da página, evitando o uso da barra de rolagem.

**Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

26. Pelas regras previstas na Lei nº 11.126/2005,
- (A) é facultado ao estabelecimento público ou privado onde ingressar e permanecer o cão-guia exigir o uso de focinheiras no animal.
 - (B) o uso do cão-guia, como recurso de acessibilidade para pessoas com deficiência visual, deve ser estimulado pelo poder público, inclusive por meio de incentivos fiscais.
 - (C) a pessoa com deficiência visual tem o direito de ingressar e de permanecer com o cão-guia em todas as modalidades de transporte e jurisdições de transporte coletivo de passageiros, com exceção do transporte aéreo, submetido às regras internacionais de segurança.
 - (D) a pessoa com deficiência visual, restrita à cegueira e à baixa visão, tem o direito de ingressar e de permanecer com o cão-guia em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo.
 - (E) é tipificada como crime, apenado com detenção e multa, a conduta consistente em impedir ou dificultar o gozo do direito de uso de cão-guia pela pessoa com deficiência.
-
27. A disciplina do disposto no Decreto nº 3.691/2000, que regulamenta o transporte de pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, cabe ao
- (A) Ministro do Desenvolvimento Social.
 - (B) Ministro do Trabalho e da Previdência Social.
 - (C) Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República.
 - (D) Ministro de Estado dos Transportes.
 - (E) Secretário do Transporte de cada Estado envolvido.
-
28. A residência inclusiva, conforme prevista no Estatuto da Pessoa com Deficiência, será oferecida à pessoa com deficiência em situação de dependência que não disponha de condições de autossustentabilidade,
- (A) com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no âmbito do SUAS.
 - (B) com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no âmbito da Previdência Social.
 - (C) sem vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no âmbito do SUAS.
 - (D) com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no âmbito do SUS.
 - (E) sem vínculos familiares fragilizados ou rompidos, no âmbito do SUS.

Legislação e Ética no Serviço Público

29. Lara, servidora pública federal, no interesse do serviço, passou a ter exercício em nova sede, ocorrendo mudança de domicílio em caráter permanente. Neste caso, dispõe a Lei nº 8.112/1990, que a ajuda de custo
- (A) será devida inclusive na hipótese de o cônjuge de Lara, que detém também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede, uma vez que é uma vantagem personalíssima perfeitamente acumulável.
 - (B) não é devida, uma vez que o direito ao recebimento da ajuda de custo está condicionado à transferência temporária.
 - (C) será calculada sobre a remuneração de Lara, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a três meses.
 - (D) não será devida à família de Lara se esta vier a falecer na nova sede, uma vez que esta vantagem é paga exclusivamente ao servidor.
 - (E) será devida, correndo por conta da Administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, não compreendendo bagagem e bens pessoais.
-
30. Considere as seguinte condutas:
- I. Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
 - II. Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
 - III. Frustrar a licitude de concurso público.
 - IV. Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
 - V. Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- De acordo com a Lei nº 8.429/1992, constituem atos de improbidade administrativa que causa lesão ao erário especificamente as condutas indicadas APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) III e IV.
 - (C) III, IV e V.
 - (D) I, III e V.
 - (E) IV e V.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

31. Estado da Federação editou lei disciplinando as condições para o exercício da profissão de médico no âmbito daquele Estado, estabelecendo que o cumprimento das exigências será fiscalizado por autoridade da Secretaria da Saúde, que recebeu competência para impor as penalidades cabíveis aos infratores. O Sindicato dos Médicos naquele Estado pretende impetrar mandado de segurança coletivo para evitar a prática de ato de autoridade estadual que imponha penalidades aos seus filiados que não atenderem às exigências da nova lei, sob o argumento de que a lei estadual tratou de matéria que se insere no âmbito da competência legislativa privativa da União. Considerando que a referida lei estadual foi editada sem que tenha havido delegação por lei federal para que os Estados legislassem sobre a matéria, o Sindicato, à luz da Constituição Federal,
- (A) não tem legitimidade para impetrar o Mandado de Segurança, embora o Estado tenha legislado irregularmente em matéria de competência privativa da União.
 - (B) não tem legitimidade para impetrar o Mandado de Segurança e, ademais, o Estado disciplinou matéria de sua competência legislativa.
 - (C) tem legitimidade para impetrar o Mandado de Segurança, cuja ordem, no entanto, deverá ser denegada, uma vez que o Estado disciplinou matéria de sua competência legislativa.
 - (D) tem legitimidade para impetrar o Mandado de Segurança, cuja ordem deverá ser concedida, uma vez que, embora caiba ao Estado legislar sobre os requisitos para o exercício da profissão de médico, a atividade de fiscalização deve ser realizada pela União por meio dos órgãos federais.
 - (E) tem legitimidade para impetrar o Mandado de Segurança, cuja ordem deverá ser concedida, uma vez que o Estado legislou irregularmente em matéria de competência privativa da União.
-
32. Determinada lei municipal editada em matéria de servidores públicos cria funções de confiança que podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargos em comissão, estes nomeados independentemente de concurso público. A mesma lei indica que ocupantes de cargos em comissão podem apenas exercer funções de direção, chefia e assessoramento, sendo passíveis de livre exoneração. Há inconstitucionalidade na referida lei no tocante à
- (A) competência legislativa municipal para criar funções de confiança.
 - (B) ausência de concurso público para a escolha de ocupantes de cargos em comissão.
 - (C) previsão da exoneração dos servidores titulares de cargos em comissão independentemente de observância do devido processo legal.
 - (D) possibilidade de exercício de funções de confiança por servidores ocupantes de cargos em comissão.
 - (E) previsão do assessoramento como função que pode ser exercida pelo servidor titular de cargo em comissão.
-
33. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, NÃO há, no Brasil, hipótese de
- (A) tortura legalmente permitida, nem de pena de trabalhos forçados.
 - (B) crimes imprescritíveis, nem de pena de perda de bens sem indenização.
 - (C) pena de morte, nem de prisão perpétua.
 - (D) retroatividade da lei penal, nem de pena de banimento.
 - (E) crimes inafiançáveis, nem de penas cruéis.
-
34. Considere que tratado internacional que veda a prisão civil do depositário infiel seja aprovado em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. À luz das disposições da Constituição Federal, trata-se de tratado
- (A) incompatível com o direito brasileiro no que toca ao procedimento de aprovação, mas compatível ao vedar a prisão civil do depositário infiel, por se tratar de norma de direito fundamental mais protetiva do que aquela acolhida no texto da Constituição Federal.
 - (B) compatível com a Constituição Federal no que toca ao procedimento adotado para a sua aprovação, ademais de não haver óbice material à vedação da prisão civil do depositário infiel, sendo referido tratado equivalente à emenda constitucional.
 - (C) incompatível com o direito brasileiro, uma vez que não poderia vedar a prisão civil do depositário infiel, já que prevista na Constituição Federal.
 - (D) incompatível com o direito brasileiro, apenas porque teria sido aprovado através de procedimento não previsto no texto constitucional, embora no mérito não haja óbice à vedação de prisão civil do depositário infiel.
 - (E) compatível com o direito brasileiro no que toca ao procedimento adotado para a sua aprovação, mas incompatível ao vedar a prisão civil do depositário infiel, já que prevista na Constituição Federal.



35. Está afirmado como direito fundamental na Constituição Federal que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. De modo harmônico com essa norma tem-se que, no direito brasileiro,
- (A) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade produzirão eficácia contra todos desde que aprovadas pelo Poder Legislativo.
 - (B) apenas a lei pode exigir prévia autorização administrativa como requisito para o exercício da liberdade de reunião.
 - (C) é necessário haver aprovação específica do Poder Legislativo para que uma questão constitucional discutida em processo judicial seja considerada como de repercussão geral.
 - (D) cabe à lei criar varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
 - (E) as súmulas vinculantes, para se aplicarem à Administração pública direta e indireta, devem ser convertidas em lei.
-
36. Suponha que o Tribunal Superior do Trabalho pretende implementar, no exercício financeiro corrente, programa para dar celeridade à prestação jurisdicional, que demandará a admissão de servidores públicos. Todavia, os gastos com a execução do programa não foram previstos na lei orçamentária anual vigente, assim como não há previsão de dotações orçamentárias suficientes para atender às projeções de despesa de pessoal relativas às admissões de servidores públicos. Considerando que essas medidas são urgentes e de excepcional interesse público em face do expressivo aumento da litigiosidade, o Tribunal pretende executá-las sem que sejam alteradas as disposições da lei orçamentária, assim como dispensará a abertura de créditos adicionais, inclusive os extraordinários. Nessa situação, a Constituição Federal
- (A) permite que seja implementado o programa, mas veda que sejam realizadas as despesas com a admissão dos servidores públicos, uma vez que haverá aumento de despesas com pessoal não previstas em orçamento.
 - (B) veda que seja implementado o programa, assim como que sejam realizadas as despesas com a admissão dos servidores públicos.
 - (C) permite que seja iniciada a imediata execução do programa e que sejam realizadas despesas com a admissão de servidores públicos, uma vez que se trata de situação de excepcional interesse público.
 - (D) permite que seja implementado o programa e que sejam realizadas despesas com a admissão de servidores públicos, desde que sejam autorizados por medida provisória.
 - (E) veda que seja implementado o programa, mas permite que sejam realizadas as despesas com a admissão dos servidores públicos, uma vez que as limitações constitucionais ao aumento de despesas com pessoal não se aplicam aos gastos do Poder Judiciário.
-
37. Suponha que o Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei complementar dispondo sobre o Estatuto da Magistratura, no qual se prevê autorização para que a lei destine aos juízes, a título de vantagem financeira devida em razão do exercício da função jurisdicional, o valor de 1% das custas judiciais recolhidas pelas partes no processo, sendo devido o respectivo pagamento quando do término de cada processo. O projeto ainda atribui ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a competência para autorizar que juízes em atividade se candidatem a cargos políticos eletivos. Além disso, consta da proposta a vedação do exercício da advocacia no juízo ou tribunal do qual os juízes tenham se afastado, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração. Nessa situação, o referido projeto de lei complementar mostra-se
- (A) incompatível com a Constituição Federal, apenas porque é vedada a concessão da vantagem financeira que se pretende instituir em favor dos juízes e por ser-lhes vedado o exercício de atividade político-partidária.
 - (B) compatível com a Constituição Federal em todos os seus aspectos.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal, apenas porque não poderia ter sido encaminhado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e por ser vedada a concessão da vantagem financeira que se pretende instituir em favor dos juízes.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal, apenas porque é vedada a concessão da vantagem financeira que se pretende instituir em favor dos juízes e por ser permitido o exercício da advocacia nas condições em que o projeto pretende impedir.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, apenas porque é livre aos juízes, independentemente de autorização do CNJ, o exercício de mandato político junto ao Poder Legislativo, embora lhes seja vedado exercer cargos políticos junto ao Poder Executivo.
-
38. De acordo com as disposições da Constituição Federal que regem as atribuições dos Poderes da República, cabe
- (A) exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados pelos demais Tribunais.
 - (B) exclusivamente ao Presidente do Supremo Tribunal Federal elaborar e encaminhar a proposta orçamentária do Poder Judiciário, no âmbito da União.
 - (C) ao Presidente da República editar decreto para disciplinar o horário de funcionamento dos órgãos do Poder Executivo federal.
 - (D) ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos público, vagos ou não.
 - (E) exclusivamente ao Tribunal Superior do Trabalho a edição de atos normativos que disponham sobre a criação de cargos de servidores públicos de seus serviços auxiliares.

**Noções de Direito do Trabalho**

39. Considere a seguinte hipótese: Gabi é empregada da fábrica de velas "V", laborando de segunda a sexta-feira das 9:00 às 18:00 com uma hora para descanso intrajornada. Sua empregadora pretende conceder férias para Gabi no mês de outubro deste ano. De acordo com a Consolidação das Leis do trabalho, é VEDADO o início das férias no período
- (A) de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
 - (B) de cinco dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
 - (C) de dois dias que antecede feriado, apenas.
 - (D) que antecede o repouso semanal remunerado, apenas.
 - (E) de três dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
-
40. De acordo com a Lei nº 8.036/1990, o Conselho Curador estabelece normas e diretrizes que regem o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Representantes dos trabalhadores e dos empregadores
- (A) não fazem parte da composição deste Conselho Curador, tratando-se de um órgão governamental que possui apenas integrantes indicados pelas autoridades competentes dos Poderes Executivo e Legislativo.
 - (B) fazem parte da composição deste Conselho Curador, sendo que terão mandato de três anos, vedada a recondução, inclusive para os suplentes.
 - (C) fazem parte da composição deste Conselho Curador, sendo que terão mandato de dois anos, vedada a recondução, inclusive para os suplentes.
 - (D) fazem parte da composição deste Conselho Curador, sendo que terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, inclusive os suplentes.
 - (E) não fazem parte da composição deste Conselho Curador, tratando-se de um órgão governamental que possui apenas integrantes indicados pela autoridade competente do Poder Executivo.
-
41. Considere as seguintes hipóteses:
- I. Camila, irmã de Vânia, faleceu hoje em razão de complicações decorrentes de uma cirurgia estética.
 - II. Fernanda se casou hoje às 19:00 horas. A cerimônia está marcada na casa da família na cidade de Itapetininga.
 - III. Norberto pretende se alistar eleitor, nos termos da legislação pertinente.
 - IV. Sônia está grávida. Gilberto, seu marido, pretende acompanhar suas consultas médicas para possibilitar um contato próximo com seu filho.
- Nesses casos, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Vânia, Fernanda, Norberto e Gilberto poderão deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, respectivamente, por até
- (A) três dias consecutivos, dois dias consecutivos, três dias consecutivos, três dias.
 - (B) dois dias consecutivos, três dias consecutivos, dois dias consecutivos ou não, dois dias.
 - (C) três dias consecutivos, três dias consecutivos, dois dias consecutivos ou não, cinco dias.
 - (D) dois dias consecutivos, dois dias consecutivos, três dias consecutivos ou não, dois dias.
 - (E) dois dias consecutivos, três dias consecutivos, três dias consecutivos, três dias.
-
42. Considere as seguintes hipóteses:
- I. Trabalho de 28 horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais.
 - II. Trabalho de 30 horas semanais, com a possibilidade de horas suplementares semanais.
 - III. Trabalho de 25 horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.
 - IV. Trabalho de 27 horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.
- De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, consideram-se trabalho em regime de tempo parcial aqueles indicados APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) I e III.
-
43. Valéria, empregada da empresa "R", está preocupada com as mudanças ocorridas na Consolidação das Leis do Trabalho, notadamente com o seu intervalo para repouso ou alimentação. Considerando que ela possui jornada de trabalho diária de cinco horas, o seu intervalo para repouso ou alimentação
- (A) passou a ser obrigatório de, no mínimo, uma hora.
 - (B) passou a ser obrigatório de, no mínimo, trinta minutos.
 - (C) continua sendo obrigatório de, no mínimo, quinze minutos.
 - (D) continua sendo obrigatório de, no mínimo, trinta minutos.
 - (E) continua sendo obrigatório de, no mínimo, vinte minutos.



44. Rosana e Marcela são empregadas da empresa "D". Apesar de trabalharem na mesma empresa, elas laboram em atividades consideradas insalubres, respectivamente, em grau médio e mínimo. No começo deste ano, Rosana e Marcela deram à luz seus filhos, Bernardo e Frederico, respectivamente, sendo que, coincidentemente, as empregadas devem retornar ao trabalho na próxima segunda-feira. Considerando que ambas estão amamentando seus filhos, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, sem prejuízo de sua remuneração, nessa situação:
- (A) Não incluso o valor do adicional de insalubridade, somente Rosana deverá afastar-se das atividades consideradas insalubres que exercia quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, recomendando o afastamento.
 - (B) Incluído o valor do adicional de insalubridade, somente Rosana deverá afastar-se das atividades consideradas insalubres que exercia independentemente de apresentar qualquer atestado de saúde, tratando-se de um direito constitucionalmente garantido.
 - (C) Incluído o valor do adicional de insalubridade, ambas as empregadas deverão afastar-se das atividades consideradas insalubres que exerciam quando apresentarem atestado de saúde, emitido por médico de confiança delas, recomendando o afastamento.
 - (D) Não incluso o valor do adicional de insalubridade, ambas as empregadas deverão afastar-se das atividades consideradas insalubres que exerciam quando apresentarem atestado de saúde, emitido por médico de confiança delas, recomendando o afastamento.
 - (E) Incluído o valor do adicional de insalubridade, ambas as empregadas deverão afastar-se das atividades consideradas insalubres que exerciam independentemente de apresentarem qualquer atestado de saúde, tratando-se de um direito constitucionalmente garantido.
-
45. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente será concedida licença-maternidade
- (A) dependendo da idade da criança que poderá variar de 30 a 180 dias, independentemente da apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã, sendo que a adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães empregado ou empregada.
 - (B) dependendo da idade da criança que poderá variar de 30 a 180 dias, mediante a apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã, sendo que a adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade aos dois adotantes ou guardiães empregado ou empregada.
 - (C) de 180 dias mediante apresentação da Certidão de Nascimento da criança e do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã, sendo que a adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães empregado ou empregada.
 - (D) de 120 dias mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã, sendo que a adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade aos dois adotantes ou guardiães empregado ou empregada.
 - (E) de 120 dias mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã, sendo que a adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães empregado ou empregada.
-
46. Segundo entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, só por essa circunstância,
- (A) reduz o respectivo adicional para 20%.
 - (B) não afasta o direito à percepção do respectivo adicional.
 - (C) aumenta o respectivo adicional para 40%.
 - (D) afasta o direito à percepção do respectivo adicional.
 - (E) reduz o respectivo adicional para 10%.

Noções de Direito Administrativo

47. Tendo o Poder Público decido transferir a prestação de serviço público de transporte de passageiros a empresa privada, optou por fazê-lo mediante permissão e não por concessão, o que significa que
- (A) está dispensado o prévio procedimento licitatório para seleção das empresas permissionárias.
 - (B) se trata de serviço público não exclusivo, passível de exploração privada por autorização administrativa.
 - (C) a exploração não poderá ultrapassar o prazo de 2 anos, prorrogável, justificadamente, por igual período.
 - (D) será transferida a titularidade do serviço ao permissionário, para sua exploração mediante cobrança de taxa.
 - (E) a exploração se dará por conta e risco do permissionário, mediante cobrança de tarifa do usuário.



48. Considere que a Administração pública necessite adquirir cartuchos de impressora para diversos órgãos administrativos, a fim de assegurar a reposição de tais itens com regularidade, evitando o constante desabastecimento verificado em função dos prazos envolvidos nos procedimentos licitatórios a cargo de cada órgão para as aquisições correspondentes. Considerando a legislação e normatização aplicável, uma das soluções juridicamente cabíveis seria
- (A) a adoção de chamamento público, com cadastramento de fornecedores locais por ordem de preço ofertado, mediante pregão eletrônico.
 - (B) a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, em face das circunstâncias singulares envolvidas, em que a competição não beneficia a Administração.
 - (C) a adoção da modalidade convite, mais célere e que poderá ser adotada, a critério da Administração, independentemente do valor das aquisições.
 - (D) a contratação direta, com dispensa de licitação, em razão da natureza comum dos serviços, desde que observados os preços de mercado.
 - (E) a adoção do sistema de registro de preços, com possibilidade de adesão de diferentes órgãos e entidades da Administração.
49. Considere que, firmado pelo Estado contrato administrativo para a construção de uma rodovia, tenha sobrevivido aumento da carga tributária incidente sobre a mão de obra empregada na execução do objeto contratual. Diante de tal cenário, a empreiteira contratada informou que não poderia concluir a execução das obras com base nos preços contratados, haja vista a majoração dos encargos em relação ao momento em que apresentou a sua oferta no correspondente procedimento licitatório. Considerando a disciplina constitucional e legal sobre a matéria,
- (A) a contratada somente terá direito ao reequilíbrio contratual se a majoração de imposto for imputável ao ente contratante.
 - (B) o Estado poderá revogar a licitação que precedeu o contrato, como forma de evitar o aumento dos encargos contratuais.
 - (C) a contratada poderá paralisar as obras, por onerosidade excessiva, afastando a aplicação de multa contratual.
 - (D) deverá ser rescindido o contrato, por condição superveniente, e instaurada nova licitação.
 - (E) caberá reequilíbrio do contrato, mediante aditivo, para reestabelecer a equação econômico-financeira original.
50. Os atos administrativos discricionários são passíveis de controle judicial no que concerne
- (A) a vícios de legalidade, o que inclui também a avaliação da inexistência ou falsidade dos motivos declinados pela Administração para a edição do ato.
 - (B) apenas a vícios de competência, cuja convalidação poderá ser feita, contudo, mediante ratificação administrativa ou judicial.
 - (C) exclusivamente a eventual desvio de finalidade, quando evidenciado que a Administração praticou o ato visando a fim ilícito.
 - (D) às condições de conveniência e oportunidade para sua prática, com base nos princípios aplicáveis à Administração Pública.
 - (E) ao seu mérito, avaliando-se a aderência do mesmo ao interesse público que justificou a sua edição e às finalidades colimadas.
51. No que concerne à competência das autoridades administrativas e sua delegação, nos termos disciplinados pela Lei Federal nº 9.784, de 1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, tem-se que
- (A) a avocação de competência de órgão hierarquicamente inferior é sempre cabível, independentemente de ato específico.
 - (B) não é passível de delegação a competência exclusiva, salvo para a prática de atos declaratórios.
 - (C) a delegação somente é admitida para órgão hierarquicamente subordinado àquele detentor da competência legal.
 - (D) não é admissível a delegação de competência para decisão de recursos administrativos.
 - (E) admite-se a delegação para a edição de atos normativos, desde que não gerem efeitos perante terceiros.
52. Suponha que determinado cidadão tenha sofrido ferimentos enquanto aguardava uma audiência em um prédio do Poder Judiciário, ocasionados por um servidor que buscava conter um tumulto que se formou no local em razão de protestos de determinada categoria de funcionários públicos. Referido cidadão buscou a responsabilização civil do Estado pelos danos sofridos. De acordo com o que predica a teoria do risco administrativo, o Estado
- (A) possui responsabilidade subjetiva pelos danos sofridos pelo cidadão, a quem compete comprovar o nexo de causalidade e a culpa anônima do serviço.
 - (B) pode ser responsabilizado, independentemente de culpa ou dolo de seus agentes, excluindo-se tal responsabilidade se comprovada culpa de terceiros.
 - (C) possui responsabilidade objetiva pelos danos sofridos pelo cidadão, descabendo qualquer excludente de responsabilidade, como força maior, culpa da vítima ou de terceiros.
 - (D) apenas responde pelos danos causados em caráter comprovadamente doloso ou culposos pelos seus agentes, assegurado o direito de regresso contra o agressor.
 - (E) não responde pelos danos causados, salvo se comprovada omissão no dever de fiscalizar a prestação do serviço público envolvido e suas condições de segurança.

**Administração Pública**

53. Entre as ferramentas e metodologias consagradas para a gestão de projetos no âmbito das organizações, a que trabalha com a média ponderada de cenários probabilísticos (otimista, pessimista e realista) em relação ao tempo de conclusão do projeto corresponde a(o):

- (A) *Enterprise Application Integration* (ERP).
- (B) *Program Evaluation and Review Technique* (PERT).
- (C) *Business Process Management* (BPM).
- (D) *Critical Path Method* (CPM).
- (E) *Plan, Do, Check, Act to Corret* (PDCA).

54. Considere as assertivas abaixo, relativas à atuação da Administração Pública.

- I. A atuação eficiente da Administração relaciona-se com o uso adequado dos insumos na produção de bens e serviços.
- II. Uma ação administrativa é considerada efetiva quando atinge as legítimas expectativas dos administrados.
- III. Eficácia diz respeito à governança no âmbito interno da Administração, traduzindo a relação entre os diversos agentes envolvidos e a população.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

55. Suponha que um cidadão tenha se dirigido a um órgão do Poder Executivo federal, solicitando a expedição de um documento que pressupõe, para sua emissão, a comprovação de determinado requisito de regularidade constante da base de dados oficial de outro órgão da Administração Pública federal. De acordo com as disposições do Decreto nº 9.094/2017, que trata da simplificação, racionalização e avaliação dos serviços prestados ao usuários de serviços públicos, referido cidadão

- (A) poderá exigir do próprio órgão encarregado pela emissão do documento e emissão de certidão de regularidade, incorrendo em ato de improbidade a autoridade que se negar a expedi-la.
- (B) embora seja obrigado a providenciar e fornecer a correspondente certidão de regularidade, arcando com os custos correspondentes, salvo se hipossuficiente nos termos da lei, poderá exigir a expedição da mesma no prazo máximo de 5 dias úteis.
- (C) poderá atestar, pessoalmente, a situação de regularidade, sendo tal informação dotada de fé pública, somente podendo ser desconsiderada se houver indícios de fraude ou falsidade ideológica, sujeitas às penalidades cabíveis.
- (D) não está obrigado a fornecer certidão comprobatória da referida regularidade, devendo o órgão encarregado pela emissão do documento efetuar consulta direta ao banco de dados disponível do órgão público detentor da informação.
- (E) está obrigado a fornecer certidão de regularidade, nos termos requeridos pelo órgão encarregado da emissão do documento, não podendo, contudo, ser-lhe imputado qualquer custo a título de taxa ou emolumento, independentemente de sua situação financeira.

56. As metodologias consagradas para implementação de planejamento estratégico no âmbito das organizações públicas e privadas contemplam, como etapa relevante, o denominado diagnóstico institucional, muitas vezes utilizando como ferramenta a Matriz SWOT, que procura identificar

- (A) internamente, as forças e fraquezas da organização e, externamente, os desafios e oportunidades existentes no cenário em que se insere.
- (B) os projetos estratégicos da organização e as competências existentes para realizá-los, encadeados em uma representação gráfica na forma de fluxograma.
- (C) as ações de longo prazo, correspondentes à missão da organização, e as de curto prazo, representativas dos cenários identificados.
- (D) os processos de trabalho necessários para a consecução dos resultados almejados em função dos valores institucionais identificados no mapeamento correspondente.
- (E) a visão de futuro da organização, correspondente à sua essência e razão de ser, e que faz parte do quadro de indicadores estabelecido nesta etapa.



57. Entre os elementos que devem, obrigatoriamente, compor a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com as disposições constitucionais e na forma disciplinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, insere(m)-se
- (A) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
 - (B) fixação dos limites máximos para despesas com pessoal e encargos no exercício subsequente e autorização para abertura de créditos extraordinários nas situações que especifica.
 - (C) autorizações para realização de operações de crédito na forma de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) e a correspondente destinação.
 - (D) reserva de contingência, fixada em percentual da receita corrente líquida, para fazer frente a passivos contingentes.
 - (E) percentuais fixados para destinação às despesas com saúde e manutenção do ensino e os critérios de remanejamento entre ambos.
-
58. A Resolução nº 49 do Conselho Nacional de Justiça, ao dispor sobre o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, estabelece
- (A) a configuração paritária do Núcleo, composto por servidores integrantes do Judiciário e por membros externos, indicados por órgãos técnicos e científicos.
 - (B) a atuação estratégica do Núcleo, como órgão externo de apoio ao Conselho Nacional de Justiça, composto por especialistas na área de estatística, atuária e de contabilidade.
 - (C) a natureza permanente do núcleo, destinado a subsidiar o processo decisório dos magistrados, conforme princípios estritamente profissionais, científicos e éticos.
 - (D) o seu caráter instrumental e de apoio, subordinado ao Conselho Nacional de Justiça, como órgão orientador das políticas judiciárias dos Tribunais vinculados.
 - (E) seu caráter de órgão facultativo, instituído no âmbito de cada Tribunal a critério do respectivo Presidente e vinculado ao Corregedor.
-

Noções de Orçamento Público

59. Suponha que o chefe do Poder Executivo de um Estado brasileiro incluiu no Projeto de Lei Orçamentária Anual um dispositivo que determina a forma de utilização da Reserva de Contingência para o atendimento dos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. Entretanto, a inclusão de tal dispositivo na Lei Orçamentária Anual
- (A) deve ser aprovada e o montante da Reserva de Contingência deve ser autorizado pelo Poder Judiciário.
 - (B) deve ser aprovada, desde que o texto seja exatamente igual ao que consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) não deve ser aprovada porque fere o princípio orçamentário da exclusividade.
 - (D) não deve ser aprovada porque deve constar na Lei do Plano Plurianual.
 - (E) deve ser aprovada para atender o princípio orçamentário do orçamento bruto.
-
60. Considere hipoteticamente que um Deputado Estadual propôs uma emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, cuja finalidade é a construção de um estádio poliesportivo em um dos municípios que compõem a sua base eleitoral. A execução da obra terá duração superior a um exercício financeiro. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a emenda poderá ser aprovada caso
- (A) os recursos necessários para a consecução da obra sejam provenientes da anulação de despesa com serviço da dívida.
 - (B) a execução da obra seja compatível com o Plano Plurianual e com os Créditos Adicionais abertos no exercício anterior a que se refere o Projeto de Lei Orçamentária Anual.
 - (C) os recursos necessários para a consecução da obra sejam provenientes da elevação de alíquotas de tributos.
 - (D) os recursos necessários para a consecução da obra sejam provenientes da anulação de despesa com pessoal e encargos sociais.
 - (E) a execução da obra seja compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
-



61. Considere hipoteticamente que em abril de 2018, um determinado Tribunal Regional do Trabalho arrecadou R\$ 350.000,00 referentes a receitas imobiliárias (Exploração do Patrimônio Imobiliário) e empenhou R\$ 900.000,00 com o planejamento e a execução de obras. De acordo com as determinações da Lei nº 4.320/1964, a receita arrecadada e a despesa empenhada pelo Tribunal Regional do Trabalho, em abril de 2018, devem ser classificadas, respectivamente, como
- (A) Receitas Correntes – Transferências Correntes e Despesas Correntes – Despesas de Custeio.
 - (B) Receitas de Capital – Receita Patrimonial e Despesas Correntes – Inversões Financeiras.
 - (C) Receitas de Capital – Alienação de Bens e Despesas Correntes – Despesas de Custeio.
 - (D) Receitas Correntes – Receita Patrimonial e Despesas de Capital – Investimentos.
 - (E) Receitas de Capital – Alienação de Bens e Despesas de Capital – Investimentos.
-
62. Considere hipoteticamente que determinado Tribunal Regional do Trabalho constatou, em novembro de 2017, que seria necessária a abertura de crédito adicional no valor de R\$ 500.000,00 para reforço da dotação orçamentária referente a auxílio-moradia a agentes públicos. Assim, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o crédito adicional utilizado pelo Tribunal Regional do Trabalho foi
- (A) aberto por decreto do Poder Executivo, que dele deu imediato conhecimento ao Poder Legislativo, sendo sua vigência adstrita ao exercício financeiro de 2017.
 - (B) aberto por decreto do Poder Executivo, que dele deu imediato conhecimento ao Poder Legislativo, sendo sua vigência adstrita aos exercícios financeiros de 2017 e 2018.
 - (C) autorizado por lei e aberto por decreto do Poder Legislativo, sendo sua vigência adstrita aos exercícios financeiros de 2017 e 2018.
 - (D) autorizado por lei e aberto por decreto do Poder Executivo, sendo sua vigência adstrita aos exercícios financeiros de 2017 e 2018.
 - (E) autorizado por lei e aberto por decreto do Poder Executivo, sendo sua vigência adstrita ao exercício financeiro de 2017.
-
63. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000,
- (A) o refinanciamento da dívida pública constará separadamente na Lei Orçamentária Anual e nos documentos referentes a suprimientos de fundos.
 - (B) os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
 - (C) a Lei do Plano Plurianual disporá sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
 - (D) a despesa de capital derivada de ato normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios financeiros é denominada despesa obrigatória de caráter continuado.
 - (E) a Lei Orçamentária Anual disporá sobre condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
-
64. Considere as seguintes informações quanto à despesa total com pessoal que foram extraídas do sistema contábil do Poder Judiciário de um determinado Estado e que se referem ao exercício financeiro de 2017.
- Despesa empenhada: R\$ 143.000.000,00
 - Despesa liquidada: R\$ 141.000.000,00
 - Despesa paga: R\$ 140.900.000,00
 - Despesa reconhecida no resultado patrimonial conforme o regime de competência: R\$ 141.000.000,00
- A Receita Corrente Líquida do Estado referente ao exercício financeiro de 2017 foi R\$ 2.500.000.000,00.
- De acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Judiciário, em 31/12/2017,
- (A) não estava vedado a criar cargo, emprego ou função, pois a despesa total com pessoal não excedeu o limite prudencial.
 - (B) não estava impedido de alterar a estrutura de carreira que implicasse aumento de despesa, pois a despesa total com pessoal não excedeu o limite de alerta.
 - (C) estava vedado a contratar horas extras, pois a despesa total com pessoal excedeu o limite prudencial.
 - (D) estava vedado a conceder vantagens, aumentos, reajustes ou adequar a remuneração a qualquer título, pois a despesa total com pessoal excedeu o limite total.
 - (E) estava impedido de obter garantia, direta ou indireta, de outro ente, pois a despesa total com pessoal excedeu o limite de alerta.

**Gestão de Pessoas**

65. A hipótese central da teoria de motivação de Abraham Maslow é a existência de
- (A) esforço contínuo para liberação de tensão.
 - (B) uma hierarquia das necessidades humanas.
 - (C) motivos adquiridos por meio da aprendizagem.
 - (D) comportamentos direcionados a obtenção de recompensas.
 - (E) comportamentos direcionados a evitar punições.
-
66. O Desenvolvimento Organizacional (DO) constitui uma área distinta no âmbito da ciência organizacional, e concentra-se na mudança planejada e controlada das organizações nas direções almejadas. Condições favoráveis para o sucesso de uma iniciativa de Desenvolvimento Organizacional incluem
- (A) revisão dos resultados no longo prazo e a manutenção rigorosa do planejamento estabelecido.
 - (B) ajustes que evitem mudanças estruturais e que respeitem os processos e *status quo* das pessoas.
 - (C) reconhecimento, pelo alto escalão, de que não existem problemas, e apoio às possíveis resistências.
 - (D) avaliação dos resultados e os sucessos iniciais no programa de Desenvolvimento Organizacional.
 - (E) posicionamento firme e baixa disponibilidade de escuta ativa diante de obstáculos.
-
67. As tarefas de Gestão de Pessoas mudaram com o tempo. Hoje, elas são desempenhadas nas organizações por dois grupos de executivos: de um lado os gerentes de linha que estão envolvidos diretamente nas atividades de gestão de pessoas por serem responsáveis pela utilização eficaz de seus subordinados e, de outro, os especialistas em gestão de pessoas que atuam como
- (A) agentes de controle de qualidade.
 - (B) fiscais da conduta de liderança.
 - (C) consultores internos.
 - (D) assessores de linha.
 - (E) analistas técnicos.
-
68. A Gestão Estratégica de Pessoas tem a capacidade de
- (A) gerir a produtividade da empresa.
 - (B) definir processos de administração de pessoal.
 - (C) conciliar interesses de mercado com interesses pessoais.
 - (D) administrar os serviços de pessoal.
 - (E) aumentar a vantagem competitiva organizacional.
-
69. A perspectiva contingencial na Gestão Estratégica de Pessoas advoga que as estratégias de gestão de pessoas serão mais efetivas quando estiverem devidamente integradas
- (A) às melhores práticas de produção.
 - (B) às políticas e regras mercadológicas.
 - (C) ao contexto ambiental e às estratégias organizacionais.
 - (D) à outras práticas efetivas.
 - (E) a indicadores de desempenho organizacional com foco na produtividade.
-
70. Os métodos de Avaliação de desempenho: Pesquisa de Campo, Incidentes Críticos, Frases Descritivas e Escalas Gráficas são métodos com ênfase no
- (A) passado.
 - (B) desempenho destacado.
 - (C) baixo desempenho.
 - (D) presente.
 - (E) futuro.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

De acordo com o Edital nº 01/2018 de Abertura de Inscrições, capítulo 10, itens: 10.2 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 10.3.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.3.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.3.1 – **Conteúdo**, 10.3.2 – **Estrutura** e 10.3.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; i) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.3.6 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.3.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.3.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **60 (sessenta) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

I

Em sua Genealogia da Moral, Nietzsche lança a pergunta sobre a origem do bem e do mal, ou melhor, das noções de bem e mal, de certo e errado, e de sua aplicabilidade universal, pondo em causa, assim, uma ligação que, para ele, existia entre a filosofia e as religiões, e que se estendia mesmo para a organização dos Estados e dos sistemas econômicos, a crença em um bem absoluto.

II

A autonomia do sujeito tem relação estreita com o conhecimento de sua própria natureza e de suas necessidades, em um movimento que tanto mais se opõe à lógica da generalização quanto mais singulares nos percebemos.

Com base nos dois excertos acima, elabore um texto dissertativo-argumentativo. Justifique sua resposta.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	